

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.660 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 18 DE MARÇO DE 2003

Conselho de Ética decide hoje se vai investigar grampo

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado reúne-se hoje, às 17h30, para se instalar oficialmente. Em seguida, deve deliberar sobre o primeiro assunto da pauta: o pedido da bancada do PT para investigar denúncias de escutas telefônicas ilegais ocorridas na Bahia.

PÁGINA 5

CAE examina controle do uso de verbas públicas

O Senado poderá fiscalizar a aplicação dos recursos provenientes de operações de crédito interno e externo feitas pelos estados, municípios e Distrito Federal. A proposta, de autoria do senador Amir Lando, está na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, que se reúne hoje.

PÁGINA 3

Críticas ao Fome Zero provocam debate no Plenário

Geraldo Mesquita Júnior afirma que as críticas ao programa Fome Zero partem de uma “elite perversa que sempre usurpou as riquezas do país”. Romero Jucá considera “preocupantes” as críticas que dom Mauro Morelli, bispo de Duque de Caxias, fez ao programa.

PÁGINA 6

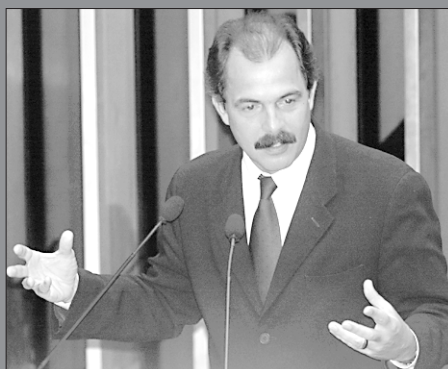
Senado propõe medidas contra o crime organizado

O assassinato do juiz Antônio José Machado Dias, da Vara de Execuções Criminais de Presidente Prudente (SP), provocou várias manifestações no Plenário. Sarney sugeriu pena maior para homicídio qualificado. Arthur Virgílio propôs guerra contra o crime organizado, também defendida por Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy e Efraim Morais.

PÁGINA 7



Fotos: Roosevelt Pinheiro



Sarney pretende tornar explícita na lei a punição maior para quem comete homicídio qualificado. Suplicy, Arthur Virgílio, Mercadante e Efraim Morais defendem ações efetivas contra o crime organizado



Cálio Azevedo



Mércia Kalume

Projeto incentiva alfabetização de operários

Paulo Octávio diz que vai apresentar, em co-autoria com Eurípedes Camargo, projeto para incentivar montagem de salas de aula nos canteiros de obras.

PÁGINA 5

Senadores participam da reunião com Cristovam e empresários da construção civil



Roque de Sá

Paulo Paim: acidentes graves permitem uso do FGTS para garantir a casa própria

Paim propõe uso do FGTS em caso de enchentes

Tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em caráter terminativo, projeto de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) que altera a Lei 8.036 e permite a movimentação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a reconstrução de casa própria destruída em razão de acidentes graves, como enchentes, desabamentos e incêndios.

Na justificativa da matéria, Paim argumenta que o legislador, ao instituir o FGTS, teve por objetivo garantir ao trabalhador o direito a uma espécie de poupança forçada para fazer uso em casos de necessidade, presentes em situações difíceis. O senador entende que, no caso de acidentes graves, está clara a possibilidade de uso dos recursos do FGTS para a reconstrução da casa própria.

Paulo Paim lembrou que o Superior Tribunal de Justiça (STJ), em recente decisão, ordenou à Caixa Econômica Federal o levantamento de valores da conta vinculada do FGTS de Cláudio dos Santos, tendo em vista a destruição parcial de sua casa própria pelas enchentes na cidade de Palhoça, na região da Grande Florianópolis (SC), em 1995. De acordo com o parlamentar, o STJ, ao fundamentar sua decisão, afirmou que atendia à finalidade social da Lei 8.036 por se tratar de uma excepcionalidade.

Berzoini abre na quinta debates sobre reformas

Presença do ministro da Previdência em Plenário reduz de três para duas as sessões deliberativas do Senado nesta semana

O ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, dará início, na quinta-feira, a partir das 14h30, a uma série de debates que deverão ser realizados no Plenário do Senado, semanalmente. Senadores e ministros de Estado tratarão sobre temas como a reforma da Previdência, a reforma trabalhista e a política econômica do governo. Na quinta-feira da próxima semana, será a vez de o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, discutir com os senadores as matérias relativas à sua pasta.

Devido à vinda de Berzoini, o Senado realizará, nesta semana, apenas duas – e não três, como habitualmente – sessões deliberativas ordinárias. A votação das matérias incluídas na pauta está condicionada a uma deliberação sobre medida provisória (MP) que abre crédito extraordinário,



José Cruz

Berzoini deve expor as propostas do governo para mudanças na Previdência

em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 10 milhões. Esse dinheiro foi aplicado em ações emergenciais de defesa civil, no Rio de Janeiro, especialmente no município de Angra dos Reis, atingido por enchentes em dezembro último.

Se a MP for votada, a pauta será liberada e os senadores deverão então iniciar, hoje, a discussão, em primeiro turno, de

proposta de emenda à Constituição (PEC) do ex-senador Carlos Patrocínio que define que os vetos presidenciais serão analisados em reuniões separadas das duas Casas do Congresso Nacional.

DOCUMENTOS DIGITAIS

Ainda hoje, o Plenário poderá votar três projetos de decreto legislativo que renovam concessões de emissoras de rádio OM nas cidades de Guarapuava (PR), Campina Grande (PB) e São João (PR).

O último item da ordem do dia de hoje no Senado é um requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para que seja suspensa a tramitação de projeto de lei do Senado que atribui valor jurídico a gravações de documentos em disco ótico. A CCJ quer aguardar a deliberação da Câmara dos Deputados sobre projeto de lei, também do Senado, que confere valor jurídico à digitalização.

Dois projetos da Câmara na pauta de quarta

O Senado deverá votar amanhã, em turno único, dois projetos de lei oriundos da Câmara dos Deputados: um regulamenta a agricultura orgânica e outro trata do incentivo à criação, consolidação e capacitação de cooperativas de trabalho. Além deles, cinco projetos de decreto legislativo sobre concessões e permissões de emissoras de rádio OM nas cidades de Aquidauana (MS) e São João Del Rey (MG), emissoras FM nas cidades de Rio Claro (SP) e Guajará-Mirim (RO) e um canal de TV em Porto Velho (RO).

Ainda na sessão de amanhã, deverá ser votada em segundo turno PEC de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) que destina o percentual de 0,5% da arrecadação dos impostos sobre renda e sobre produtos industrializados para aplicação pelas instituições federais de ensino superior da Amazônia Legal. No mesmo dia, transcorre a segunda sessão de discussão da PEC sobre a votação dos vetos presidenciais.

OUTRAS PROPOSIÇÕES

Também estão na pauta de amanhã, para votação em turno único,

em regime de urgência, projeto que altera resolução para incluir o item "Despesas Gerais" nas condições financeiras da operação de crédito a ser firmada com o Export Development of Canada (EDC) e retificar a definição de "amortização" no empréstimo a ser firmado com o Banco BNP Paribas S. A. e o Bank Leumi LE – Israel B.M e projeto que autoriza o estado da Bahia a renovar, ampliar e adequar as garantias prestadas às operações de crédito contratadas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 18 DE MARÇO DE 2003

Presidente

José Sarney
12h30 – Recebe o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan
13h – Recebe o presidente da Assembleia Legislativa do Amapá, Lucas Barreto
16h30 – Recebe o governador de Minas Gerais, Aécio Neves
18h30 – Recebe integrantes do Frente Parlamentar da Micro-Empresa

PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: MP 84/02, abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, para os fins que especifica; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 72/99, altera a Constituição federal para definir sobre vetos presidenciais; entre outros.

COMISSÕES

10h – Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: PLS 270/99, estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do BNDES para financiamento na agroindústria; PLC 76/00, acrescenta parágrafo ao art. 5º da Lei 6.194/74, sobre divulgação do seguro obrigatório; PLS 38/02, acrescenta o art. 27-A à Resolução 43/01, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo; entre outros. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19

11h30 – Comissão de Educação
Pauta: substitutivo ao PLS 136/02, inclui a disciplina "Noções de Cidadania" no currículo dos ensinos fundamental e médio; substitutivo ao PLS 232/02, altera o artigo 18 da Lei 8.313/91, que restabelece os princípios da Lei 7.505/86, que institui o Pronac, para estender à realização de mostras e festivais audiovisuais a fruição do incentivo fiscal; entre outros. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15

14h30 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: apreciação do relatório apresentado à Mensagem 43/02-CN, contendo a demonstração e avaliação do cumprimento da meta do resultado primário do conjunto dos orçamentos fiscal e da seguridade social e do Programa de Dispêndios Globais das Empresas Estatais Federais não Financeiras, para o exercício de 2001; entre outros.
15h – Audiência pública com os ministros Guido Mantega e Antonio Palocci. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara

17h30 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: Mensagens submetendo à apreciação do Senado nomes para embaixadas do Brasil na Bolívia, no Timor-Leste e na França.
Pauta extra – Mensagem submetendo ao Senado indicação para embaixada do Brasil no Zimbábue. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15

17h30 – Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Pauta: Instalação e eleição de presidente e vice-presidente. Ala Senador Nilo Coelho – Sala 6

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza Serys Shhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Comissão vota indicações de quatro embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), reúne-se hoje, a partir das 17h30, para votar quatro mensagens presidenciais com indicação de embaixadores junto à França, Bolívia, Timor-Leste e Zimbábue.

Para representar o Brasil junto à França, foi indicado Sérgio Amaral, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores (MRE), que foi embaixador em Londres, ministro-conselheiro em Washington e exerceu os cargos de secretário da Comunicação Social da Presidência da República e de ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Na embaixada brasileira em Paris, Amaral já ocupou os cargos de terceiro-secretário, segundo-secretário e chefe do setor político. A relatora da mensagem é a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

O ministro de primeira classe Antonino Lisboa Mena Gonçalves foi designado para exercer o cargo de embaixador junto à Bolívia. Mena Gonçalves exerceu a função de di-

retor-geral do Departamento das Américas no MRE, foi ministro-conselheiro e encarregado de negócios em Washington, e conselheiro e encarregado de negócios em Caracas. A mensagem será relatada pelo senador João Capiberibe (PSB-AP).

Também será analisada pela CRE a indicação de Kywal de Oliveira, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do quadro permanente do MRE, indicado para representar o Brasil junto ao Timor-Leste. Kywal foi o titular da Coordenadoria Geral de Modernização e Planejamento Administrativo do MRE, cônsul-geral em Sydney, chefe do escritório de representação em Díli (capital do Timor) e encarregado de negócios em Díli. O relatório do senador Marcelo Crivella (PL-RJ) destaca a atuação de Kywal junto a delegações brasileiras que acompanharam o processo de independência do Timor-Leste e a estruturação daquela República.

O diplomata George Ney de Souza Fernandes foi indicado para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue.

Reforma política deve ter prioridade, ressalta Iris

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) defendeu em Plenário, ontem, a precedência na discussão e votação da reforma política sobre as reformas previdenciária e tributária. O esforço do Congresso Nacional para inseri-la no "eixo das grandes prioridades



Iris de Araújo considera reforma política indispensável para fortalecer instituições

nacionais" deverá concorrer, no seu ponto de vista, para a consolidação do regime democrático e a harmonização entre os anseios da população e a atuação estatal.

— Somente uma autêntica e genuína reforma política será capaz de lançar as bases para o fortalecimento de nossas instituições e para a recuperação da credibilidade dos poderes constituídos — afirmou.

A senadora também recomenda essa "inversão de prioridades" com vistas à superação da crise de legitimidade que se teria abatido sobre o poder público. De acordo com recente pesquisa CNT/Sensus, citada por Iris, o Congresso é a instituição

que desperta menos confiança na população brasileira, recebendo o apreço de apenas 1,1% dos entrevistados. "Essa realidade, por si só, é altamente preocupante", comentou. Na sua opinião, a demora na implementação

da reforma política teria contribuído para a fragmentação e fragilização do sistema partidário.

Ao cobrar medidas legislativas para "devolver o vigor" às legendas políticas, Iris de Araújo destacou a fidelidade partidária como "um instituto indissociável da própria noção de mandato parlamentar" e creditou ao voto distrital misto a capacidade de "resgatar o poder de decisão do cidadão e fortalecer os partidos".

Os senadores peemedebistas Garibaldi Alves Filho (RN) e Ramez Tebet (MS) parabenizaram Iris pela abordagem do tema.

Controle do uso de recursos públicos pode ser ampliado

CAE examina obrigatoriedade de estados e municípios informarem ao Senado como está sendo aplicado dinheiro oriundo de operações de crédito

Os senadores poderão fiscalizar a aplicação dos recursos provenientes de operações de crédito interno e externo feitas pelos estados, municípios e Distrito Federal. É o que prevê proposta de autoria do senador Amir Lando (PMDB-RO) que estará em pauta na reunião de hoje, às 10h, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto modifica a Resolução nº 43, que disciplina e define limites para a concessão de tais operações de crédito, incluindo a obrigação de que as unidades da Federação encaminhem semestralmente informações sobre a aplicação desses recursos, cuja contratação depende de autorização do Senado. Devem constar dessas informações as planilhas demonstrativas contendo o montante alocado nas diversas etapas e áreas de execução do programa de aplicações. A proposta tem parecer favorável do relator, senador Romero Jucá (PSDB-RR).

Os dois únicos projetos terminativos que serão examinados na reunião da CAE receberam pareceres contrários dos relatores. O primeiro, de autoria do senador Álvaro



Amir Lando propõe aumentar exigências da Resolução nº 43 do Senado

Dias (PDT-PR), concede desconto de 30% para os professores na compra de livros didáticos. No seu relatório, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) considerou que a medida, embora louvável, "invade a seara da iniciativa privada". Como os fornecedores teriam de suportar o ônus do benefício, Antero justifica que a consequência lógica seria a elevação dos preços dos livros.

O outro projeto, do senador Luiz Otávio (PMDB-PA), cria o Programa de Financiamento a Profissionais Liberais recém-formados pelas universidades das regiões Norte e

Nordeste. Mas o parecer do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) considera que o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) já atende a esses objetivos.

A CAE também deve examinar o parecer de Romero Jucá favorável a projeto da Câmara que obriga a divulgação sobre as indenizações pagas às vítimas de acidente de trânsito pelo Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT).

Proposta que obriga o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a aplicar pelos menos 22% dos seus recursos em empréstimos ao setor agroindustrial não obteve parecer favorável do relator Jonas Pinheiro (PFL-MT). O senador sustenta que se trata de matéria de competência exclusiva do Executivo. Já o último projeto a ser examinado pela CAE, sobre o seguro-garantia, de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA), recebeu parecer favorável a duas das sete emendas apresentadas, consolidadas pelo relator Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) em uma subemenda substitutiva.

Palocci e Mantega voltam ao Congresso para falar na Comissão de Orçamento

Dois dos principais responsáveis pela política econômica do governo, os ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, comparecem pela segunda vez em uma semana ao Congresso Nacional. Depois de serem ouvidos pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, na última terça-feira, eles falam aos integrantes da Comissão Mista de Orçamento (CMO) hoje, a partir das 15h.

Os ministros devem explicar o Decreto nº 4.591, que repesou R\$ 14 bilhões dos gastos autorizados pelo Congresso na lei orçamentária. O ajuste promovido nas despesas de custeio e investimento dos ministérios não significa, porém, que os recursos não possam ser liberados pelo governo quando o cenário macroeconômico melhorar.

Mantega explicou na CAE que foi um procedimento cautelar, perante "a realidade do momento", dian-



Ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, serão ouvidos hoje pelos integrantes da CMO

te das dificuldades dos países em desenvolvimento com a guerra iminente dos Estados Unidos contra o Iraque. Disse que a medida pode ser revertida quando houver aumento na arrecadação, inclusive com a entrada de receitas extraordinárias não previstas no Orçamento.

Os parlamentares que integram a Comissão Mista de Orçamento devem pedir explicações sobre o aumento da meta de superávit primário de 3,75% para 4,25% do Pro-



Ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, serão ouvidos hoje pelos integrantes da CMO

duto Interno Bruto (PIB), que foi definido com o decreto de contingenciamento. Outra preocupação é saber o que o governo fará com os recursos empenhados e não liberados relativos a exercícios anteriores e inscritos na rubrica "restos a pagar". O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), já afirmou que existe um montante elevado, de cerca de R\$ 10 bilhões, que ficou pendente em "restos a pagar".

Festival de cinema pode receber incentivo fiscal

Projeto que estende a mostras audiovisuais benefício da Lei Rouanet será votado hoje pela Comissão de Educação em caráter terminativo

Em reunião marcada para as 11h30, a Comissão de Educação (CE) deve votar hoje, em turno suplementar e caráter terminativo, proposta que estende à realização de mostras e festivais audiovisuais o direito a incentivo fiscal do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), conhecido como Lei Rouanet.

Essa lei estabeleceu a faculdade de pessoas físicas e jurídicas aplicarem parcela do imposto de renda devido em projetos culturais previamente aprovados pelo Ministério da Cultura. As doações e os patrocínios na produção cultural, de acordo com a lei, se destinam, a artes cênicas; livros de valor artístico, literário ou humanístico; música erudita ou instrumental; exposições de artes plásticas; e doações de acervos para bibliotecas públicas e para museus.

Medida provisória incluiu nessa relação a produção de obras cinematográficas e videofono-

gráficas de curta e média metragem e a preservação e difusão do acervo audiovisual; a preservação do patrimônio cultural material e imaterial; e as doações de acervos para arquivos públicos e cinematecas, além do treinamento de pessoal e aquisição de equipamentos para a manutenção dos acervos.

O que está em exame na comissão é um substitutivo do ex-senador Ricardo Santos a projeto de lei do ex-senador Lúcio Alcântara, aprovado em primeiro turno no dia 10 de dezembro passado, determinando que os promotores de mostras e festivais audiovisuais possam inscrever-se também como destinatários do incentivo fiscal.

O substitutivo modifica a proposta original a fim de atualizar as fontes de recursos para a composição do Fundo Nacional de Cultura (FNC). De acordo com a lei em vigor, sua constituição contará com 1% da arrecadação dos

fundos de investimentos regionais. Com a extinção das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene), esses fundos foram também extintos, surgindo, em seu lugar, os Fundos de Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia.

NOÇÕES DE CIDADANIA

Também em turno suplementar e caráter terminativo, a comissão analisa substitutivo do ex-senador Casildo Maldaner a projeto de lei do ex-senador Chico Sartori que inclui a disciplina Noções de Cidadania no currículo do ensino fundamental e do ensino médio. A comissão votará ainda projeto de lei do senador licenciado Maguito Vilela (PMDB-GO) que inscreve o nome de Joaquim Marques Lisboa, o Marquês de Tamandaré, no *Livro dos Heróis da Pátria*, e 17 projetos de decreto legislativo autorizando serviços de radiodifusão.



Diretor-geral, Agaciel Maia, recebeu Vicky Amos, representante da Open University, com quem tratou do ensino a distância

Agaciel discute acordo com universidade virtual inglesa

A Universidade do Legislativo (Unilegis) poderá celebrar convênio de cooperação com uma das mais antigas e respeitadas universidades virtuais do mundo, a Open University, da Inglaterra. O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, recebeu ontem a diretora de Implementação de Negócios da entidade inglesa, Vicky Amos, com quem tratou do assunto.

— Espero que seja feito um acordo entre a Open University e o Senado. Uma de nossas missões é a de prestar apoio a instituições em todo o mundo que levem a sério a educação a distância, o que o Senado brasileiro obviamente faz — disse Vicky Amos.

Ela destacou que muitas enti-

dades querem fazer convênios semelhantes com a instituição londrina, mas não têm a mesma estrutura e conhecimento que o Senado brasileiro. A diretora da Open University informou que a instituição foi criada em 1969 e, ao longo desse período, atendeu a mais de 200 mil alunos.

Agaciel Maia está agendando um encontro entre a representante da universidade britânica e o presidente do Senado, José Sarney. Segundo o diretor-geral, Sarney tem grande interesse no convênio.

— O presidente do Senado é um entusiasta do ensino a distância e sabe a importância disso para um país como o Brasil — afirmou o diretor-geral.

Ministério apressa concessão para rádio

O Ministério das Comunicações vai instituir grupo de trabalho, para, num prazo de 90 dias, dar andamento a todos os 4,4 mil pedidos de funcionamento de rádios comunitários à espera de autorização. A equipe terá representantes do Conselho de Comunicação Social (CCS) e da Comissão de Educação (CE) do Senado, entre outros órgãos, segundo informou o secretário de Serviços de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, Eugênio Fraga, em exposição perante a comissão.

Diante do anúncio, os membros do conselho mostraram-se otimistas em relação ao processo de concessão de licenças para funcionamento de rádios comunitários no país. Ao final da audiência com Fraga, o colegiado escolheu o conselheiro Daniel Herz, representante dos jornalistas, para integrar o grupo de trabalho a ser criado no ministério.

O secretário de Serviços de Radiodifusão esclareceu que, findo o prazo dado ao grupo de trabalho, nem todos os processos que aguardam a decisão do Ministério das Comunicações estarão prontos para serem encaminha-

dos ao Legislativo, a quem cabe, por meio da aprovação de decreto legislativo, ratificar os atos do ministério acerca de outorgas de autorizações a rádios comunitários, mas, pelo menos, os pedidos receberão uma resposta do poder público.

A medida, declarou Fraga, será acompanhada de iniciativas com a finalidade de dar transparência à análise dos processos, por meio da publicação na Internet dos atos e decisões. Ele apontou a falta de definição de procedimentos internos e a carência de informações acerca das exigências para as autorizações como causas para a demora com que os processos

são analisados pelo Executivo.

O secretário informou que o órgão vai adotar um sistema de acompanhamento eficiente para os processos referentes a outorgas de concessões para rádios e, inclusive, sugerir a revisão da legislação a esse respeito. Afinal, segundo ele, existem processos de 1998 ainda inconclusos no Ministério das Comunicações.

Das 1.707 autorizações para funcionamento de rádios comunitários emitidas pelo ministério, desde 1999, foram ratificadas 568 até o momento, por meio de decretos legislativos aprovados pelo Congresso Nacional, informou Fraga.



Em palestra no Conselho de Comunicação Social, Eugênio Fraga, secretário de Serviços de Radiodifusão, anunciou grupo de trabalho

Conselho vai examinar capital estrangeiro na televisão a cabo

Os seis conselheiros encarregados de analisar a medida provisória que disciplina a participação de 30% de capital estrangeiro e de pessoas jurídicas na formação do capital social dos veículos de comunicação social no país ficarão incumbidos também de preparar relatório sobre projeto de lei que prevê a presença de até 100% de capital externo nas empresas de televisão a cabo.

A proposta foi feita ontem pelo presidente do Conselho de Comunicação Social (CCS), José Paulo Cavalcanti, e aprovada pelos integrantes do colegiado. O grupo que vai analisar o projeto do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) é formado pelos conselheiros Paulo Machado de Carvalho Neto (representante das empresas de rádio); Roberto Wagner Monteiro (empresas de televisão); Daniel Herz (jornalistas profissionais); Be-



Projeto em exame no colegiado é de autoria de Ney Suassuna

renice Isabel Mendes Bezerra (grupo dos artistas); Carlos Chagas (sociedade civil) e Assunção Hernandes Moraes de Andrade (sociedade civil). O pronunciamento do conselho foi solicitado pelo presidente do Senado, José Sarney.

DEMISSÕES

O conselheiro Francisco Pereira da Silva pediu ao colegiado que examine a denúncia do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão de São Paulo envolvendo a Fundação Padre Anchieta — controladora da TV Cultura e de duas emissoras de rádio.

A entidade, segundo o sindicato, demitiu 256 profissionais, a fim de “equilibrar receitas e despesas”. De acordo com Francisco Pereira da Silva, um dos denunciados, o presidente da Fundação, Jorge Cunha Lima, é também membro do Conselho de Comunicação Social.



Diretores dos órgãos de comunicação do Senado expõem funcionamento de veículos aos assessores dos parlamentares

Comunicação social será tocada com ousadia, afirma Rollemberg

Chefes de gabinetes e assessores de imprensa dos 81 senadores participaram ontem pela manhã de um encontro que teve por objetivo expor àqueles profissionais o funcionamento de todos os veículos de comunicação social do Senado Federal. São eles: Agência Senado, *Jornal do Senado*, TV Senado e Rádio Senado, bem como os serviços prestados pelas subsecretarias de Projetos Especiais, Relações Públicas, Divulgação e Integração.

Ao abrir a reunião, realizada no auditório do Interlegis, o diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado (Secs), jornalista Armando Rollemberg, destacou a visão do senador José Sarney de ampliar e consolidar toda a estrutura do órgão, quando ocupou pela primeira vez a presidência da Casa, no biênio compreendido entre 1995 e 1997.

Rollemberg observou que atualmente, graças ao empenho dos diretores e dos profissionais que compõem a Secretaria de Comunicação Social, todos os veículos são reconhecidos e respeitados pela qualidade e pela imparciali-

dade da cobertura jornalística que realizam. "Só nos resta tocar o barco com ousadia e criatividade", completou Armando Rollemberg.

A primeira parte da reunião foi reservada à apresentação de um vídeo contendo o resumo de como funciona todo o sistema de comunicação social da Casa. Logo em seguida, o diretor-adjunto da Secs, jornalista Helival Rios, fez apresentação detalhada de cada veículo, observando que o ponto central do trabalho desenvolvido pela secretaria é a credibilidade.

Helival ressaltou, ainda, a qualidade do serviço 0800 – A Voz do Cidadão – oferecido pela Subsecretaria de Relações Públicas. Conforme informou, brasileiros de todas as regiões do país entram em contato diariamente com o serviço (número 0800-612211), e a maior parte das ligações solicita a assinatura do *Jornal do Senado*, que, lembrou, é gratuita. Em seguida, todos os diretores dos veículos de comunicação e das subsecretarias fizeram uma exposição para detalhar o funcionamento de cada órgão.

Fuga para o estrangeiro poderá suspender prescrição da pena

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) apresentou projeto modificando o Código Penal para impedir que a pena prescreva no caso em que o governo não receber resposta a pedido de extradição do acusado. A prescrição deve ser suspensa enquanto durar o julgamento, no exterior, do pedido de extradição, formulado por autoridade brasileira contra agente perseguido pela lei.

"É sabido que criminosos, tentando furtar-se ao alcance da lei, fogem para o estrangeiro. Essa atitude resulta, muitas vezes, na prescrição da punibilidade, em virtude da dificuldade na realização da instrução criminal e na apresentação de denúncia", argumenta o senador.



Valmir Amaral sugere modificações no Código Penal

Conselho decide hoje se vai investigar escuta telefônica

Colegiado se instala com nova composição e examina pedido formulado pela bancada do Partido dos Trabalhadores

A nova composição do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar já tem definidas duas tarefas para a reunião marcada para as 17h30 de hoje. A primeira será a instalação oficial do novo conselho, cujos membros foram eleitos pelo Plenário na última quinta-feira, efetivada pela eleição do presidente

e vice-presidente do colegiado. Logo após, os senadores vão examinar o primeiro assunto da pauta deste ano: o pedido da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) de investigação das denúncias de escutas telefônicas ilegais ocorridas na Bahia.



Juvêncio da Fonseca foi indicado pelo PMDB para presidir conselho

Os senadores petistas querem que o conselho faça a abertura de um processo de apuração sobre possível envolvimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) em um esquema de instalação de escutas telefônicas ilegais em vári-

os telefones de pessoas da Bahia, inclusive de políticos do estado. O assunto, recentemente divulgado pelos veículos de comunicação, é objeto de investigação da Polícia Federal, que vem sendo acompanhada pelo presidente atual do conselho, senador

Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS). O senador, que preside o conselho há dois anos, foi indicado por seu partido para permanecer na função no biênio 2003/2004.

Comporão o novo Conselho de Ética os senadores Juvêncio da Fonseca, João Alberto (MA), Ramez Tebet (MS) e Luiz Otávio (PA), pelo PMDB; Paulo Octávio (DF), Demóstenes Torres (GO) e Rodolpho Tourinho (BA), pelo PFL; Heloisa Helena (AL), Sibá Machado (AC) e Flávio Arns (PR), representando o PT; Sérgio Guerra (PE), Antero Paes de Barros (MT), da legenda do PSDB; e ainda Jefferson Péres (PDT-AM), Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) e Magno Malta (PL-ES). O corregedor do Senado, senador Romeu Tuma (PFL-SP), também tem vaga no conselho.



Líderes da construção civil participam do encontro que reuniu senadores e o ministro da Educação

Paulo Octávio tem projeto para alfabetizar operários da construção

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) anunciou ontem em Plenário a decisão de apresentar, dentro de 30 dias, projeto de lei para incentivar a alfabetização de operários da construção civil. A ser elaborada em conjunto com o senador Eurípedes Camargo (PT-DF), essa proposição deverá estimular as construtoras de todo o país a montarem salas de aula nos canteiros de obras.

O projeto foi discutido em encontro com o ministro da Educação, Cristovam Buarque, que teve a presença de líderes da indústria da construção civil, além dos senadores Eurípedes Camargo e Serys Shlessarenko (PT-MT).

Paulo Octávio disse que o custo de um operário que recebe a alfabetização, considerando salário de professor, material escolar e uma hora de dispensa por dia da jornada de trabalho e ainda um lanche ao final da aula, é de R\$ 140,00 mensais aproximadamente. Ele afirmou que se trata de uma quantia pequena.

José Jorge quer atualizar diretrizes para a educação

O senador José Jorge (PFL-PE) disse que o governo Lula da Silva precisa apresentar uma nova versão do Plano Nacional de Educação para atualizar as diretrizes do setor no país. A construção de uma rede própria de escolas de ensino médio e o aumento da dotação anual por aluno do ensino fundamental foram algumas de suas sugestões.

Segundo José Jorge, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) se mostrou exemplar para formar melhor os professores e aumentar o número de alunos matriculados de 81% das crianças, em anos passados, para 96,4% nos dias de hoje.

– A qualidade de ensino não acompanhou esses números, passando a evasão escolar de 48% dos alunos para 41% – avaliou.

José Jorge citou pesquisas segundo as quais a 1ª série é o grande gargalo do ensino fundamental, porque muitos alunos não conseguem êxito na alfabetização.

– Faz-se necessário um programa especial de treinamento dos professores e acompanhamento dos alunos, nesta 1ª série – ressaltou.

O senador propôs ainda que o cadastro de 5 milhões de famílias do Programa Bolsa-Escola federal seja ampliado para ser utilizado no programa Fome Zero. De acordo com o senador, o cadastro já deu provas de ser confiável.



José Jorge: alunos não conseguem êxito na alfabetização

Waldemar Rodrigues

Geraldo Mesquita defende programa Fome Zero

Senador diz que críticas ao projeto de segurança alimentar vêm das “aves de agouro” de uma elite perversa que “sempre usurpou as riquezas do país” e nunca exercitou o sentimento de humanidade

As críticas que vêm sendo feitas ao programa Fome Zero foram o tema de pronunciamento do senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), ontem. Para ele, essas críticas partem primordialmente de uma elite perversa que sempre usurpou as riquezas do país e que não se conforma com a instituição que deverá atender à camada mais pobre da população.

— Bastou que o presidente Lula da Silva abrisse à nação o debate sobre um tema que angustia o país há séculos para que uma elite, que jamais exercitou o sentimento de humanidade, como aves de agouro surgissem



Mesquita: críticos torcem para que o Fome Zero “morra no nascedouro”

em todos os cantos — afirmou o senador, salientando que esses críticos torcem para que o Fome Zero “morra no seu nascedouro”.

Roosevelt Pinheiro

TRE

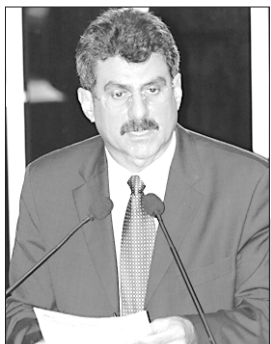
Geraldo Mesquita saudou a posse da desembargadora Eva Evangelista na presidência do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Acre. A Corregedoria do tribunal será ocupada pela juíza Regina Loguine. O senador lembrou o episódio da tentativa de cassação da candidatura do atual governador do estado, Jorge Viana, patrocinada pela gestão anterior do TRE. A decisão acabou sendo revista pelo Superior Tribunal Eleitoral. Geraldo Mesquita se disse otimista com a nova direção do TRE.

— A desembargadora é magistrada de elevada capacidade, que honra os acreanos com a sua atuação — disse.

Jucá cita críticas de Mauro Morelli em artigo

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) afirmou ontem em discurso que “são preocupantes” as críticas que o bispo católico de Duque de Caxias (RJ) e membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), dom Mauro Morelli, fez ao programa Fome Zero e ao próprio governo no sábado (15), em artigo no jornal *Folha de S. Paulo*.

Ele leu trechos do artigo, em que o bispo diz que o governo não deveria ter criado o Ministério da Segurança Alimentar e fala da “burocracia que amargura a vida” dos



Jucá acha “preocupantes” as críticas do bispo ao programa do governo

Roosevelt Pinheiro

governantes. Dom Mauro sustenta ainda que “rixas e disputas de poder solapam projetos e fazem ruir as esperanças do povo” e que o governo Lula da Silva “é ciumento e fechado sobre si mesmo”.

Romero Jucá leu ainda manchetes de jornais do final de semana mostrando as dificuldades do Fome Zero, entre elas a de *O Estado de S. Paulo*, sob o título “Lula esconde Graziano para reverter desgaste”. O senador, vice-líder do PSDB, pediu ainda ao governo que esclareça duas notas publicadas na coluna *Painel*, da *Folha de S. Paulo*, onde há afirma-

ção de que chegará ao Brasil nesta semana “uma equipe de nutricionistas e técnicos enviados pelo governo dos Estados Unidos para ajudar a formatar o Fome Zero”. As notas acrescentam que “o pedido de socorro” foi feito pelo Palácio do Planalto.

O anúncio do governo de que será veiculada uma campanha de propaganda do Fome Zero também foi criticado por Romero Jucá. Para ele, antes da propaganda, o governo deveria resolver os problemas do programa. Dizendo que não vê “apenas os erros” do governo, Jucá elogiou a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que viajou a Roraima para ver como está sendo feito o combate aos focos de incêndio nas florestas daquele estado.

Antero teme confrontos por posse de terra em MT

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) manifestou sua preocupação diante de notícias sobre criação de milícias rurais em Mato Grosso, veiculadas pelo presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Marcos Prochet. Ele pediu imediatas providências do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, lembrando que a Constituição proíbe a formação de milícias paramilitares no país.

Antero citou notícias veiculadas pela Internet informando que um encontro nacional de proprietários rurais está previsto para ama-

nhã, durante o Encontro Internacional dos Negócios da Pecuária (Enipec), a realizar-se em Cuiabá, com o objetivo de votar documento aprovando o uso da força para barrar avanços do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Para Antero, as declarações de Prochet, afirmando que os proprietários querem organizar um “comando” armado dedicado à defesa das propriedades rurais, são alarmantes, porque também já existem ameaças do MST de intensificar



Célio Azevedo

Antero pediu que o Ministério da Justiça investigue se a UDR está de fato pensando em formar milícias

suas ações em todo o país, a partir de abril. O senador por Mato Grosso afirmou que o mais importante é garantir a paz no campo.

— O Ministério da Justiça tem a obrigação constitucional de desarmar os espíritos e, mais ainda, os grupos organizados de ambos os lados — defendeu.

Quintanilha pede mais investimento em estradas

Defendendo “investimentos maciços” na infra-estrutura básica, o senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) disse ontem que não é mais possível conviver com a falta de manutenção das estradas brasileiras e com “a triste constatação de que o Brasil não contempla outras modais de transporte mais baratas e menos poluentes”.



Quintanilha defendeu a derrubada dos vetos presidenciais à lei da Cide

Roosevelt Pinheiro

Quintanilha lembrou que a aprovação da Cide pelo Congresso Nacional, no final de 2001, parecia ser a “salvação das nossas estradas e a garantia de que as outras modais de transporte também passariam a ser contempladas com um fundo específico de investimento”. A lei

prevê que 75% dos recursos arrecadados com a Cide devem ser aplicados, direta ou indiretamente, em programas de investimento na infra-estrutura de transportes.

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO), em aparte, concordou com as críticas de Leomar Quintanilha e afirmou que seu estado vem sofrendo com a falta de investimentos nas estradas federais, principal meio de escoamento da produção agrícola.

Sibá elogia proposta para evitar queimadas em RR

O senador Sibá Machado (PT-AC) informou que a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, anunciou em Roraima, onde está acompanhando o combate ao incêndio que se espalhou no interior do estado, e a criação do Programa Emergencial Pró-Ambiente e do



Sibá: fogo em Roraima está sendo combatido por equipes de vários estados

beiros de vários estados e do Distrito Federal. Ele informou que o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, designou equipes para trabalhar na recuperação das áreas e impedir que a produção agrícola de Roraima seja prejudicada.

Sibá rebateu críticas do senador Romero Jucá ao programa Fome Zero, baseado em artigo de dom Mauro Morelli, bispo de Duque de Caxias (RJ). Ele afirmou que “a imprensa tem buscado uma crise entre o governo e o PT”. Para o senador, notícias sobre possível saída de José Graziano, ministro da Segurança Alimentar, fazem parte dessa “falsa crise”. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), em aparte, disse que Jucá “escolheu as frases, mas não aquelas em que dom Mauro elogia Graziano”.

Segundo o senador, o incêndio está sendo combatido por bom-

cas do senador Romero Jucá ao programa Fome Zero, baseado em artigo de dom Mauro Morelli, bispo de Duque de Caxias (RJ). Ele afirmou que “a imprensa tem buscado uma crise entre o governo e o PT”. Para o senador, notícias sobre possível saída de José Graziano, ministro da Segurança Alimentar, fazem parte dessa “falsa crise”. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), em aparte, disse que Jucá “escolheu as frases, mas não aquelas em que dom Mauro elogia Graziano”.

Sarney quer pena maior para homicídio qualificado

Projeto apresentado ontem pelo senador estipula reclusão de 20 a 40 anos para esse tipo de crime, hoje punido com 12 a 30 anos de prisão. Proposta também qualifica os delitos contra magistrados, policiais e membros do MP

O senador José Sarney (PMDB-AP) apresentou ontem projeto de lei estipulando pena de reclusão de 20 a 40 anos para homicídio qualificado. A proposta também impede que a pena fique sujeita a comutações ou benefícios do indulto. Hoje, de acordo com a lei penal, a sanção mínima para esse tipo de crime é de 12 anos e a máxima chega a 30 anos. No caso de homicídio comum, o Código Penal estabelece pena de reclusão de seis a 20 anos.

— Isso quer dizer que a lei penal admite pena menor para homicídio qualificado quando fixa a sanção mínima em 12 anos, ao lado do limite de 20 anos para o homicídio comum. Há evidente contradição técnica nessa “dosimetria” penal, por oferecer a possibilidade de punição branda para o crime qualificado e exasperação do castigo para o crime comum considerado menos grave — justifica.

A intenção é que a pena míni-



José Sarney: busca de solução para evitar que o Brasil seja tomado pela violência

ma do homicídio qualificado seja fixada a partir da máxima estabelecida para o homicídio comum. O senador também explicita na proposta que são considerados qualificados os crimes contra magistrados, membros do Ministério Público e policiais, mesmo sem a intenção de intimidar os demais servidores responsáveis pela segurança pública, processos judiciais e execuções penais.

— A medida poderia ser consi-

derada dispensável, porque o homicídio contra autoridades já estaria qualificado pelo motivo torpe, ou pela traição, emboscada ou intenção de assegurar a impunidade de outro crime. O que se pretende, porém, é deixar claro para o mundo dos delinquentes que a lei tornou-se explícita na punição dos crimes contra policiais que cumprem seus deveres nas ruas, contra promotores de Justiça que cumprem suas obrigações nos processos e contra magistrados encarregados pelo Estado da aplicação e da execução da lei.

Sarney informou que o projeto foi baseado em sugestões apresentadas por criminalistas consultados por ele, na busca de solução para evitar que o Brasil seja tomado pela violência. O senador destacou que teve a iniciativa após o assassinato do juiz de Execuções Criminais de Presidente Prudente, Antônio José Machado Dias, ocorrido sexta-feira passada.

Suplicy apresenta requerimento de pesar por assassinato de juiz

Requerimento de pesar pelo falecimento do juiz corregedor da Vara de Execução de São Paulo, Antônio José Machado Dias, assassinado sexta-feira, foi apresentado ontem por Eduardo Suplicy (PT-SP). Para o senador, é preciso acompanhar o crescimento e a sofisticação do crime organizado no Brasil para evitar assassinatos como o do juiz.

— É importante que se faça uma reflexão sobre a melhoria da segurança pública no Brasil, investindo em policiamento preventivo e na busca de uma ação conjunta das polícias militar e civil, com um melhor aparelhamento e treinamento de policiais.

O senador lembrou entrevista do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no domingo, em que declarou “guerra ao crime organizado e ao tráfico de drogas”, além de ter afirmado que usará todos os organismos de segurança do Estado. Lula, disse Suplicy, também assinou a ação rápida do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que deter-



É preciso investir em policiamento preventivo, defende Suplicy

minou à Polícia Federal que ajude nas investigações do assassinato, criando grupo especial que já está no interior do estado, onde ocorreu o crime.

ARMAS

Suplicy lembrou ainda entrevista do advogado Evandro

Lins e Silva, à revista *Época*, em outubro do ano passado, em que sugere a proibição da fabricação e venda de armas. O advogado alertou também para o poder paralelo do crime organizado e defendeu a discriminação das drogas como meio de combater o tráfico.

Segundo o advogado, uma nova lei poderia permitir a fabricação das drogas por laboratórios e a venda nas farmácias passaria a ser feita mediante receita médica. A lei puniria a venda irregular. Dessa forma, a venda da droga sairia da esfera marginal, conforme Evandro Lins e Silva. O advogado ressaltou, segundo Suplicy, que educar e dar oportunidade de emprego para as pessoas reduziria todo tipo de crime.

Arthur Virgílio propõe “guerra” contra o crime organizado

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) apresentou requerimento para que se realize sessão destinada a fazer o Congresso “declarar guerra ao crime organizado”. Em sua opinião, já que o país está diante de uma “guerra”, compete guerrear a



Para Virgílio, já funciona no país um subestado comandado por criminosos

“quem tem razões e causas”.

— Seria imperdoável não discutirmos a partir de hoje esse tema que avassala a consciência nacional, que tem aviltado a nossa perspectiva de soberania, que é o drama da insegurança.

Virgílio pediu a transcrição nos Anais do Senado de editoriais publicados domingo pelos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil*, comparando a violência no Brasil à enfrentada pela Colômbia.

— O perigo de “colombianização” do Brasil é evidente e pode ser um caminho do qual nos arrependemos muito amargamente no momento em que tivermos instalado, entre nós, um verdadeiro Estado dentro do Estado — disse.

Para o senador, já funciona um “subestado” no Brasil, pertencen-

te ao crime organizado, com leis próprias e critérios de justiça.

Sustentando que algo de urgente precisa ser feito, Virgílio sugeriu que o Brasil se una em torno da luta por soluções. Ele explicou que, dentro dos limites da

Constituição, “o governo brasileiro deve entender que estamos de fato enfrentando uma guerra, que só pode terminar com um vencido, e esse vencido tem que ser o crime organizado”.

O senador considerou grave que “um criminoso como Luiz Fernando da Costa” (Fernandinho Beira-Mar), preso em Presidente Bernardes (SP), seja capaz de incomodar governadores, a ponto de eles se negarem a colocá-lo em seus presídios, “como se ele pairasse acima do sistema penitenciário brasileiro”. Para Arthur Virgílio, a imagem pública de Beira-Mar, descendo de carros como se fosse um *pop star*, deve estar mexendo com o imaginário de brasileiros pobres, como se fosse um modelo a ser seguido.

Mercadante: hora é de união para combater traficantes

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), defendeu a união dos governos federal e estaduais para combater o narcotráfico, como ocorreu na Itália para acabar com a máfia. Ele informou que o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, terá encontro com o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, com o objetivo de discutir a segurança no Oeste paulista, onde estão concentradas 19 penitenciárias.

— Não podemos recuar frente ao crime organizado, PCC, Comando Vermelho, Fernandinho Beira-Mar. Não podem intimidar as autoridades deste país. A hora é de união para construir uma política de desmantelamento dessas organizações criminosas.

Após lamentar o assassinato do juiz José Machado Dias, Mercadante concordou com as manifestações dos moradores de Presidente Prudente, que reclamaram da insegurança por conta do presídio no município.

— A população tem um justo sentimento de desproteção. Temos de pensar numa política de segurança para os municípios do Oeste paulista para compensar a concentração de presídios.

Para Efraim, magistrado é mártir das instituições democráticas

O senador Efraim Morais (PFL-PB) manifestou indignação contra o assassinato do juiz corregedor Antônio José Machado Dias, ocorrido sexta-feira. Segundo disse, o juiz é um “mártir das instituições democráticas”. Além de revoltar a sociedade,



Efraim considera que assassinato de juiz revoltou a sociedade

o crime faz crescerem os temores de que o Brasil esteja trilhando caminho semelhante ao da Colômbia, país que enfrenta guerra civil e que tem sido “refém do crime organizado”. Ele pediu transcrição nos Anais do Senado de editorial publicado domingo pelo jornal *O Globo*, que repudia as ações do crime organizado.

Efraim lembrou que na Colômbia o processo de conflagração começou de maneira sutil, e foi avançando lentamente até contaminar todo o tecido institucional.

— O que lá se desenha é o advento de um regime inima-

ginável: a narcocracia — afirmou. Para o senador, “urge enfrentar o crime organizado de maneira mais incisiva e inteligente, unindo em torno do Estado e de suas instituições todas as forças políticas”.

O senador afirmou ainda que a “guerra” contra o narcotráfico não é uma questão de governo, mas de Estado.

Simon condena decisão americana de ir à guerra

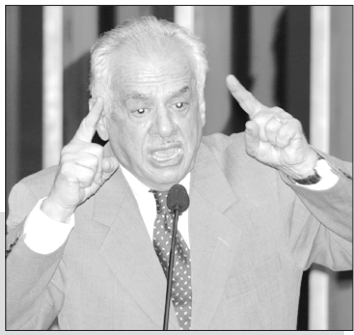
Senador manifesta sensação de “mágoa, tristeza e fracasso” com a iminência do conflito armado e diz acreditar que presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, não passaria num exame psicotécnico

“Não me lembro de uma guerra que tenha se iniciado como essa, com o mundo inteiro contra”, afirmou ontem o senador Pedro Simon (PMDB-RS), ao considerar “diabolicamente inteligente” a decisão dos Estados Unidos de desprezar uma segunda moção do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) para não ser impedido de ir à guerra contra o Iraque.

Citando pesquisa feita em Nova York, segundo a qual 75% do povo americano só aceitam guerra com autorização das Nações Unidas, o senador observou que o governo americano preferiu anunciar que a primeira resolução da ONU autoriza a invasão do Iraque, em vez de aguardar a reunião marcada para amanhã, quando o conselho votaria uma segunda moção.

— Se a primeira moção já assegurava a guerra, por que eles queriam a segunda? — questionou.

O senador lembrou que, embora os inspetores da ONU tenham informado que os trabalhos de vistoria da existência de armas químicas e biológicas no Iraque estão andando, o presidente George W. Bush acha mais adequado ir para a guer-



Pedro Simon lamenta tentativa de ridicularizar o presidente francês, que é contra o conflito

ra. Ele manifestou sua “mágoa, tristeza e fracasso” pelo desenrolar desses fatos e, mais ainda, vendo os comentaristas de guerra tentando ridicularizar o presidente francês, que é contra o conflito.

Simon estranhou também que o presidente Bush esteja se apresentando como um místico, falando em nome de Deus, mostrando-se ao mundo como um paladino que vai derrotar o mal. Em sua opinião, o presidente americano não passaria num exame psicotécnico.

Em aparte, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse que o mundo “está assistindo ao enterro da legalidade internacional”.

Repercussões econômicas do conflito preocupam Mercadante

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que são preocupantes as repercussões econômicas da provável guerra dos Estados Unidos contra o Iraque, apesar de o Brasil se encontrar neste momento preparado, com melhora em vários indicadores econômicos relevantes — queda do dólar e do risco país e melhora nas contas externas.

— Sei que o país está preparado, com elevadas reservas de petróleo. Mas vejo com preocupação as repercussões econômicas — afirmou.

Mercadante lamentou que o caminho inevitável pareça ser a guerra e que o governo dos Estados Unidos não tenha esperado uma saída diplomática negociada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

— A saída diplomática nunca sig-



Para Mercadante, ONU merecia outro tratamento

nificou convivência com a ditadura de Saddam Hussein ou omissão ante a necessidade de destruição das armas do Iraque. A ONU tem muitas debilidades, mas jamais poderia ser tratada como vem ocorrendo — acrescentou. O senador frisou que o governo Lula tomou todas as iniciativas possíveis para uma solução pacífica.

— Na semana passada, o secretário-geral da ONU elogiou a proposta de Lula de uma reunião de emergência dos chefes de Estado que buscavam a solução pacífica — disse.

A situação pode atingir “proporções imprevisíveis”, na opinião de Mercadante, pois na região existe 1,2 bilhão de árabes, com componentes diferenciados em religião, cultura e etnia.

Povo brasileiro quer um Estado forte, diz Fátima

Em seu primeiro discurso da tribuna, feito ontem, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) chamou a atenção para a “encruzilhada histórica” em que se encontra o Brasil.

— Nossa tradição de paz escolheu o caminho institucional para as mudanças. Dentro do jogo democrático vigente, nossas idéias foram às ruas, ocuparam espaços, conquistando corações e mentes para essa nova trilha. Se as instituições não conseguirem entender essa mensagem, estaremos todos trabalhando para o fracasso da vontade popular, para a derrocada de um projeto que busca garantir o exercício pleno da cidadania, em prol de milhões de brasileiros e brasileiras que hoje se encontram às margens da sociedade — afirmou.

A senadora observou que o povo brasileiro quer “um Estado forte, presente nos setores vitais da economia”, como elemento propulsor de desenvolvimento e capaz de defender os interesses do país.

— A nação não é feita de gênios nem de empreendedores de sucesso. A maioria é gente comum, esforçada, que precisa de um Estado que defenda os interesses de todos, como forma de garantir a sobrevivência de cada um — salientou.

No âmbito internacional, Fátima Cleide disse que o Brasil “tem a res-

ponsabilidade de chamar para si a efetivação e ampliação do Mercosul”, conseguindo “uma voz forte para a América do Sul no intrincado jogo econômico imposto pela globalização”. Também defendeu um estreitamento maior de relações com a União Européia, mercado com “mais de 400 milhões de consumidores, com alto poder aquisitivo e raízes culturais ricas”.

Para maior aproximação com os mercados da Ásia e da África, ela propõe que as embaixadas sejam transformadas em “pólos difusores de nossos bens, facilitadores da realização de negócios”. Com relação aos Estados Unidos, Fátima Cleide quer aumentar o volume de negócios, “desde que as barreiras alfandegárias impostas pela América respeitem nossa economia e nossa inteligência”. Ela manifestou sua posição contrária ao ataque ao Iraque e saudou a posição do presidente Lula em favor da paz.

A parlamentar demonstrou orgulho por ser “beiradeira” do rio Madeira e a primeira senadora por Rondônia, lamentando que “governos irresponsáveis”, em “administrações desastrosas”, tenham deixado o estado sem investimentos e com uma “dívida financeira monstruosa”. Apesar disso, afirmou, Rondônia “possui um potencial



Na opinião de Fátima Cleide, o Brasil vive hoje uma “encruzilhada histórica”

considerável de desenvolvimento, bastando para isso que a vontade política supere os interesses escusos e corporativistas que costumam rondar o poder que se instala”.

Fátima Cleide comemorou ainda o acordo para reintegrar mais de 4 mil trabalhadores ao serviço público do estado, encaminhado na última quinta-feira em encontro, do qual participou, entre o governador Ivo Cassol (PSDB) e o ministro José Arnaldo da Fonseca, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em aparte, o senador Sibá Machado (PT-AC) enalteceu a capacidade de militância de Fátima Cleide. O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) destacou que sua presença no Senado favorece “a construção de um Brasil justo e fraterno”. Já o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), parabenizou a senadora pelo discurso, que qualificou como “uma oração de amor a seu estado”.

Serys pede manifestações em favor da mulher

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) requereu a transcrição, nos Anais do Senado, do artigo “A mulher e a política”, de autoria de Agacieli da Silva Maia, diretora-geral do Senado e vice-reitor executivo da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis).

Serys disse que o texto aborda, com muita propriedade, o papel desempenhado pelas mulheres na política brasileira, no último século e nos dias atuais, devendo servir como referência para reflexão de todos que se empenham em promover a paz, com base na justiça e na melhoria das condições sociais do país.



Serys destacou artigo do diretor-geral do Senado sobre a mulher e a política

Em razão de março ser o mês em que se celebra o Dia Internacional da Mulher, Serys fez um apelo aos senadores para que, nos próximos dias, cada um procure escrever um

artigo ou se pronunciar, no próprio estado ou na tribuna do Senado, sobre tema concernente à mulher.

A senadora comentou que, na última sessão em que se homenageou a mulher, muitos senadores quiseram falar, mas apenas dois conseguiram fazer seus discursos. Serys sugeriu que, mesmo de forma breve, eles continuem se manifestando sobre temas como discriminação, violência, participação da mulher no poder, a mulher na família e a atuação da mulher no trabalho. “Que a gente dedique um pouco do nosso tempo em março para essas questões”, pediu a parlamentar.